

# Jogo Novo

O Brasil começa bem a nova fase de renegociação da dívida externa no governo Collor. Internamente, o saneamento das finanças públicas e a redução do tamanho do Estado podem alcançar a estabilidade econômica tentada há quase dez anos. No comércio exterior, o país se despe do manto protetor das reservas de mercado e das tarifas excessivas, e passa a ser respeitado como parceiro comercial pelos Estados Unidos.

Neste novo quadro institucional, já era tempo de se livrar o país da camisa-de-força que cerceava a renegociação desde 1982: pela primeira vez, o Brasil quebra o oligopólio do Comitê dos Bancos Credores e, através de um embaixador para a dívida, passa a negociar diretamente com cada credor as opções. Sintomaticamente, a nova fase começou pelas conversas da ministra da Economia com o Morgan e o Bankers Trust — os bancos mais sólidos dos Estados Unidos, que estão em condições de romper com a posição até aqui monolítica do Comitê.

Desde a moratória mexicana, em agosto de 1982, a renegociação vinha sendo efetivamente conduzida pelos credores. Na fase inicial, quando os bancos, o Tesouro americano, o Federal Reserve e o próprio FMI julgavam a crise temporária, montou-se um mecanismo precário, conduzido por um dos vice-presidentes do Morgan Guaranty Trust, Antonio Gebauer. A crise se fez permanente, e Gebauer, antes de ser afastado do Morgan, foi substituído, no segundo semestre de 1983, por um comitê de credores comandado por um dos muitos vice-presidentes do Citibank, William Rhodes. O Citibank, maior banco do mundo, era o principal credor brasileiro, e o esquema do comitê de credores,

anteriormente aplicado ao México, foi estendido à Venezuela, Argentina e grandes devedores que ameaçavam a saúde do sistema financeiro internacional.

A renegociação comandada pelos bancos, é óbvio, procurou preservar a saúde dos credores. Sobretudo os bancos americanos, que não tinham, como os europeus, canadenses e japoneses (hoje poderosos), constituído reservas de capital para enfrentar atrasos nos juros ou casos de moratória. O Brasil tentou algumas vezes, sem sucesso, romper a camisa-de-força. Os bancos e os organismos internacionais — como o FMI e o Banco Mundial — nunca liberaram recursos suficientes para o país colocar em dia os juros e fazer investimentos indispensáveis à retomada do crescimento econômico. O dinheiro dava apenas para por os juros em dia (e livrar os bancos de prejuízos). O Brasil também não ajudava: não cumpriu qualquer das promessas de ajustamento das finanças públicas. Muitas vezes, os próprios compromissos da dívida externa do setor público impediam o cumprimento das metas prometidas.

O faz-de-conta foi rompido agora de maneira responsável pelo Brasil, que pretende criar uma moderna economia de mercado integrada ao fluxo de comércio e de investimentos estrangeiros. Grandes bancos europeus já formaram um fundo para aplicar US\$ 1,5 bilhão em empresas estatais a serem vendidas pelo Tesouro. Cabe aos bancos entenderem os novos tempos, transformando parte do principal da dívida em investimento de risco, no processo de privatização, para capitalizar e devolver as perspectivas de crescimento à economia brasileira.